

PAULA ENGLAND
University of Arizona

Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências

45

Tanto nos Estados Unidos da América como em muitos outros países industrializados assistiu-se a um aumento do emprego e dos proventos das mulheres relativamente aos dos homens, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. A manterem-se iguais os restantes factores em presença, o emprego feminino deveria ser de molde a ajudar os agregados a escapar à situação de pobreza. O emprego das mulheres pode fazer aumentar o poder negocial destas dentro do casamento, ou então — nos casos em que os homens se

mostram demasiado resistentes à mudança — permitir-lhes abandonar a relação matrimonial. Atendendo a que os papéis dos homens no interior da família pouco se alteraram, a independência económica que o emprego das mulheres veio permitir fez com que houvesse um aumento do número de divórcios e de nascimentos fora do casamento. A crescente tendência para haver mulheres e filhos a viver em situação de não coabitação com homens levou ao aumento da pobreza das mulheres (e crianças) relativamente aos homens.

COMO é que o sexo da pessoa afecta o acesso ao dinheiro nos Estados Unidos da América? Para onde apontam as tendências verificadas nesses factores ao longo das últimas décadas? A resposta a estas questões torna-se fundamental se quisermos entender a questão da desigualdade decorrente da diferença sexual nos Estados Unidos, país que por seu turno apresenta padrões em muito semelhantes aos de outras nações industriais ricas.

No entanto, e numa perspectiva mais conceptual, defenderei também que — pelas mesmas razões que os levam a considerar importante a questão da classe social — os cientistas sociais se devem interessar pela questão do acesso ao dinheiro por parte das mulheres e por saber de quem é que elas dependem no que ao dinheiro diz respeito. Faço aqui uso do termo «classe» de forma mais ou menos consistente com as noções de classe que encontramos em Marx ou Weber. No cerne da teorização marxista encontra-se a ideia de que o próprio facto de possuir (capital) traz vantagem, uma vez que aqueles que não possuem capital se vêem for-

I. Introdução

çados a vender o seu trabalho àqueles que o detêm, ficando assim dependentes destes últimos para terem acesso ao dinheiro e sujeitando-se a formas alienantes de controlo no processo de produção. Assim, e por outras palavras, o facto de dependermos de outrém para termos dinheiro acarreta efeitos negativos para o nosso nível de vida e faz com que outros aspectos do nosso comportamento fiquem também sujeitos a controlo. As noções weberianas de classe incidem de uma maneira mais directa no aspecto do resultado do nível de vida.

Apesar das diferenças de conceptualização entre as duas perspectivas, é frequente tanto os marxistas como os weberianos (bem como a tradição americana da procura do *status*) medirem o factor classe ao nível do agregado e com base no emprego do elemento masculino desse mesmo agregado. Uns e outros partem, assim, do pressuposto de que é a esse homem que cabe o sustento da família, cujo nível de vida é determinado pela posição de classe por ele ocupada. Contudo, atendendo a que o emprego remunerado das mulheres tem vindo a crescer em todas as nações modernas, essa formulação afigura-se cada vez mais problemática. Em primeiro lugar, os proventos auferidos pelas mulheres afectam de forma substancial o nível de vida das respectivas famílias. Em segundo lugar, é cada vez maior o número de mulheres que não vivem com homens. Em terceiro lugar, o facto de se considerar que o agregado partilha de todos os benefícios advindos do rendimento dos homens leva a que não se atenda ao modo como, na vida quotidiana, a dependência económica das mulheres em relação aos homens confere a estes um poder tal sobre as mulheres que pode ser alienante para elas e inclusivamente afectá-las no seu bem-estar. Que os marxistas não vejam esta realidade é um verdadeiro paradoxo, uma vez que seria de pensar que a lógica usada para discutir a questão dos trabalhadores assalariados — ou seja, a ideia de que o ser-se economicamente dependente traz desvantagens — se aplica igualmente à desvantagem que representa para as mulheres o serem economicamente dependentes dos homens. A isto poder-se-ia objectar contrapondo que, de um modo geral, sem dúvida os homens tratam as mulheres (e os filhos) com mais altruísmo e amor do que aquele com que os capitalistas costumam tratar os trabalhadores. Pode ser que sim, mas a verdade é que nem sempre o altruísmo impera na família, além de que nem sempre a questão do poder é uma questão irrelevante. Por vezes os

homens usam de violência para com as esposas, e não faltam provas que demonstram que, nos casos em que os proventos auferidos pelos maridos são muito superiores aos das mulheres, é também maior o poder que eles detêm sobre elas¹. Nas nações pobres existem provas de que a porção do rendimento familiar auferida pelas mulheres se reflecte directamente na quantidade de alimentos e na assistência médica recebidas pelas raparigas e mulheres relativamente aos rapazes e aos homens, bem como na percentagem do rendimento familiar que é destinada às crianças (uma quantidade e uma percentagem que são maiores quando a porção do rendimento auferida pelas mulheres é mais elevada. Blumberg, 1991; Bourguignon e Chiappori, 1992; Browning *et al.*, 1994; Hobcraft, 1997; Thomas, 1990). Nas nações mais ricas parece imperar a norma da igualdade de direitos perante as necessidades mais básicas, mas ainda assim continua a haver provas de que existe todo um conjunto de situações em que os proventos relativos auferidos pelos cônjuges afectam o poder de decisão (England e Kilbourne, 1990; Brines, 1994). A circunstância de terem menos poder conjugal pode levar a que as mulheres sejam tratadas com menos respeito e sejam menos ouvidas quanto à forma como é gasto o rendimento familiar, quanto ao número de filhos que o casal possa ter e ao modo como são tratados, quanto à divisão do trabalho doméstico, quanto às actividades desenvolvidas em conjunto pelo casal, e ainda quanto a outras decisões que envolvem simultaneamente o marido e a mulher. O poder do homem no agregado familiar levanta dúvidas quanto à legitimidade de utilizar o emprego do marido — ou o rendimento familiar auferido com base nele — como medida para a classe ou para o nível de vida da pessoa. Na verdade, alguns estudiosos marxistas já se capacitaram de que é necessário levar a cabo uma investigação mais complexa das conexões existentes entre a classe e a diferença sexual (Wright, 1997).

Se é certo que a dependência económica tem desvantagens, devemos então, para investigar a desigualdade atinente à diferença sexual, interessar-nos por saber em que medida as mulheres são economicamente dependentes dos homens. Para tal, vamos ter de saber quais são os proventos auferidos pelas mulheres — proventos capazes de lhes asse-

¹ Nos casos em que existe fortuna herdada por parte de um dos cônjuges, tal pode afectar o poder, mas são muito poucos os casais nesta situação, uma vez que não é comum a aquisição de fortuna por herança.

gurar o sustento caso não tenham marido, e de lhes proporcionar um maior poder de negociação em face dos respectivos maridos no caso de serem casadas. É óbvio que as mulheres, ao empregar-se, criam relativamente aos patrões uma dependência que configura uma situação diferente daquela em que antes se encontravam, o que, de uma perspectiva marxista, pode ser encarado como uma das desvantagens inerentes a quem está sujeito à exploração. Não é, no entanto, nada claro até que ponto essa situação acarreta desvantagens, uma vez que nesse caso as mulheres adquirem independência relativamente aos homens, e quando não estão empregadas acabam, de qualquer modo, por continuar indirectamente dependentes dos patrões, uma vez que se encontram dependentes dos salários dos maridos.

O presente artigo faz o seguinte percurso: começo por passar em revista as tendências verificadas no fosso que separa os dois sexos no que respeita aos proventos individuais e alguns aspectos que lhe estão subjacentes, após o que me detenho sobre as tendências verificadas nas disparidades por sexo existentes entre as pessoas que integram agregados caracterizados pela pobreza. Dou conta de que houve décadas em que, mesmo com uma subida dos proventos relativos das mulheres, a pobreza destas aumentou em relação à dos homens. Tal aconteceu porque a independência económica veio permitir que um número cada vez maior de mulheres pudesse viver à parte dos homens. Termino com uma discussão conceptual sobre que conclusões tirar das tendências e dos padrões perceptíveis no que se refere à diferença sexual e à dependência económica.

II. O fosso persistente — mas cada vez mais estreito — nos proventos individuais auferidos pelos dois sexos

Se tormarmos por medida do rendimento o nível individual e não o nível do agregado familiar e se atendermos unicamente ao rendimento auferido, é indesmentível o progresso registado nos E.U.A. pelas mulheres relativamente aos homens. Os proventos individuais são auferidos através do emprego. A proporção do total de mulheres adultas participantes na força de trabalho² aumentou de uma forma muito

² A força de trabalho engloba não só os trabalhadores efectivamente empregados, mas também aqueles que, não tendo presentemente um emprego, se encontram à procura de trabalho. Todos aqueles que não têm emprego nem fazem nada para o conseguir consideram-se excluídos da força de trabalho. A percentagem de mulheres que integram a força de trabalho é sempre ligeiramente superior à das mulheres efectivamente empregadas, mas os dois números tendem a andar sempre muito colados um ao outro.

regular ao longo das últimas décadas, subindo sucessivamente de 34% em 1950 para 43% em 1970 e para 58% em 1990 (Spain e Bianchi, 1996: 81). Mesmo entre as mulheres casadas com filhos de idade inferior a 3 anos a percentagem de mulheres empregadas aumentou consideravelmente, passando de 26% em 1970 para 56% em 1990 (segundo números de 1994 do Department of Labor dos E.U.A.). Em consequência, nunca como agora foi tão elevado o número de mulheres a auferir de proventos próprios, pelo que é também menor o número daquelas que dependem inteiramente dos homens. Durante o mesmo período, assistiu-se a um decréscimo da participação dos homens na força de trabalho: assim, entre 1960 e 1990 a percentagem de homens sem emprego ainda que apenas por uma semana durante o ano precedente aumentou de 14% para 21% (enquanto os dados equivalentes relativos às mulheres apontam para uma descida dos 57% para os 38%; Spain e Bianchi, 1996: 84). Além disso, enquanto o número das mulheres que ingressaram nas fileiras do trabalho remunerado foi aumentando, não se verificou qualquer aumento no número de mulheres a trabalhar a tempo parcial, cuja percentagem se tem mantido relativamente estabilizada entre os 20 e os 25% desde 1970 (Kalleberg, 1995). Na realidade, considerando o número total de mulheres com alguma experiência de emprego, a percentagem de mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos que estiveram empregadas *a tempo inteiro e durante todo o ano* subiu de 46% em 1968 para 57% em 1986 (Taeuber, 1991: Quadro B1-22).

Entre as pessoas que se encontram empregadas, os principais factores que afectam o fosso relativo à diferença sexual nos vencimentos são, por um lado, o facto de as mulheres possuírem uma experiência de emprego menos continuada (England, 1992: 28-35; Wellington, 1994) e, por outro, a segregação que canaliza as mulheres para ocupações relativamente mal pagas (England, 1992; Peterson e Morgan, 1995)³.

³ Nos E.U.A., o fosso sexual entre os índices de remuneração nunca foi motivado pela circunstância de as mulheres terem habilitações literárias inferiores às dos homens. Originariamente, as mulheres com emprego possuíam, em média, habilitações superiores às dos homens empregados. Agora ambos os sexos se encontram mais ou menos em pé de igualdade (se bem que proporcionalmente existam mais homens tanto no topo como na base da escala; England, 1992). Além disso, as ocupações em que as mulheres se acham mais concentradas exigem também, em média, aproximadamente o mesmo nível de habilitações que aquelas em que há maior concentração de homens (England, 1992).

Normalmente os estudos que visam examinar a segregação ocupacional recorrem a uma medida chamada «índice de dissimelhança», o qual vai de 0 (integração perfeita) a 100 (segregação perfeita). O índice respeitante a um determinado ano indica-nos qual a percentagem de homens ou de mulheres que teriam de mudar de ocupação a fim de conseguir «a integração», entendendo-se esta como um estado em que a percentagem de elementos femininos (masculinos) em cada ocupação é igual à percentagem de mulheres (homens) no conjunto de todos os trabalhadores. Com base na pormenorizada categorização das ocupações usada pelos censos, verifica-se que a segregação sexual pouco se alterou entre 1950 e 1970, mas que diminuiu substancialmente desde então (Jacobs, 1989; England, 1992). Entre 1970 e 1990, esse índice diminuiu de 68 para 53 (Bianchi e Spain, 1996: 94).

Dada esta continuidade em crescendo no emprego das mulheres, bem como o decréscimo da segregação no que concerne aos empregos, não surpreende que o fosso entre os dois sexos no que se refere aos proventos auferidos tenha também diminuído. Enquanto até 1980 esse fosso quase não sofreu alterações, os proventos semanais medianos auferidos pelas mulheres a trabalhar a tempo inteiro passaram de 64% do valor dos proventos dos homens em 1980 para 75% em 1995 (Institute for Women's Policy Research, 1997)⁴.

É interessante notar que este progresso relativo da parte das mulheres ocorreu numa altura em que as mudanças na estrutura das classes foram de tal ordem que a distribuição dos proventos individuais se foi tornando mais desigual dentro de cada um dos sexos e em que os proventos auferidos pelos homens (feito o devido ajustamento relativo à inflação) sofreram um decréscimo. Entre 1979 e 1995, os proventos anuais medianos dos homens com emprego a tempo inteiro e durante todo o ano, traduzidos em dólares constantes com vista a corrigir o efeito da inflação, decaíram cerca de 12%, ao passo que no caso das mulheres a média revelou um aumento real da ordem dos 6% (segundo cálculos do Institute for Women's Policy Research, 1997). Assim, e no que globalmente se refere a este período compreendido entre 1979 e 1995, 72% do aumento verificado no rácio entre a mediana

⁴ Sendo certo ainda que em 1993 os proventos das mulheres se cifraram em 77% dos auferidos pelos homens, a verdade é que desde então, e nomeadamente desde 1995, o rácio desceu ligeiramente até aos 75%. Ainda não se conseguiu entender a causa desta inversão de tendência, nem se se tratará apenas de uma aberração temporária (*New York Times*, 1997).

dos proventos auferidos pelas mulheres e pelos homens adveio dos decréscimos das remunerações destes e não de aumentos nas remunerações atribuídas às mulheres. Se os salários dos homens se tivessem mantido no nível real verificado em 1979, e entretanto os das mulheres tivessem evoluído como evoluíram, o rácio entre as medianas dos proventos das mulheres e dos homens teria subido apenas 3 pontos percentuais em vez dos 11 efectivamente registados (Institute for Women's Policy Research, 1997).

Se em vez de compararmos trabalhadores com emprego a tempo inteiro e ao longo de todo o ano incluirmos nos nossos cálculos todos os homens e mulheres com algum tipo de emprego durante um determinado ano, permitindo desse modo que o acréscimo de horas e de semanas registado por parte das mulheres afecte o peso dos respectivos proventos em relação aos dos homens, vemos que os ganhos relativos das mulheres remontam pelo menos ao início da década de setenta (Spain e Bianchi, 1996: 100; Smith e Ward, 1984).

Os factores com maior importância nesta convergência gradual entre os proventos dos homens e das mulheres são, por um lado a crescente experiência de emprego com continuidade por parte das mulheres (Wellington, 1993), e por outro lado a dessegregação das ocupações, sendo que esta última foi provavelmente acelerada pelo decréscimo da discriminação nas contratações e pelas mudanças ocorridas nas aspirações das mulheres em termos de ocupação.

Não significa isto que o factor diferença sexual tenha deixado de ter influência sobre os proventos ou sobre a experiência laboral do indivíduo. Continua a ser maior a probabilidade de serem mais as mulheres que os homens a ausentarem-se da força de trabalho por terem que cuidar dos filhos, continua a verificar-se uma grande segregação no que se refere às ocupações, e continua a pagar-se menos às mulheres do que aos homens. A questão é que todas estas desigualdades têm vindo a atenuar-se. Há outros aspectos da desigualdade decorrente da diferença sexual no trabalho remunerado que podem não se ter atenuado. Assim, e por exemplo, o tipo de discriminação presente na ideia de «valor comparativo» — em que a composição de determinados empregos segundo o sexo condiciona o pagamento oferecido aos homens e às mulheres que detêm esses empregos — é algo que ainda afecta negativamente os proventos das mulheres, como se verifica no caso da desvalorização, por parte da entidade patronal, do trabalho relacionado com os cuidados de saúde

e acompanhamento de crianças, idosos e enfermos em geral (England, 1992). As mulheres têm contra si ainda aquelas normas organizativas que foram inventadas tendo em mente o quadro tradicional de trabalhadores do sexo masculino, como sejam as políticas que partem do princípio de que todos os trabalhadores têm um cônjuge ou alguém a trabalhar a tempo inteiro em casa na prestação de serviços domésticos, pelo que não precisam de dispensas em caso de doença dos filhos e podem prestar-se a fazer horas extraordinárias à discrição do patrão (Acker, 1990). Não obstante, feito o balanço geral da evolução dos proventos auferidos, o que ressalta é um indelével progresso das mulheres relativamente aos homens.

Assim, se usássemos os proventos individuais como índice da classe ou dos seus efeitos, chegaríamos à conclusão de que esta é hoje menos condicionada pelo factor diferença sexual do que era antes. O facto de tanto a diferença de poder de compra entre agregados formados por uma só pessoa como os diferenciais de poder entre os dois membros de um casal serem afectados pelo nível dos proventos singulares constitui um argumento de peso para que usemos os proventos individuais. Por outro lado, e tal como foi acima referido, atendendo a que as pessoas que vivem juntas partilham geralmente os proventos auferidos, e atendendo a que o poder não é afectado pela circunstância de serem auferidos por este ou por aquele membro do agregado, este acaba por afigurar-se um indicador mais adequado do acesso às vantagens. É por este motivo que irei seguidamente proceder a uma comparação do rendimento global dos agregados que integram homens e mulheres.

III. O persistente — e por vezes crescente — fosso sexual existente nos agregados pobres

Como é que o sexo da pessoa está relacionado com o rendimento do agregado? Para analisar esta questão, usaremos para o rendimento por agregado a categoria «linha de pobreza», uma medida dicotómica utilizada ao nível oficial pelo Estado americano. Originariamente, para se chegar à definição da linha de pobreza fez-se primeiro uma estimativa do custo de um orçamento para a alimentação minimamente satisfatório, ajustando-se seguidamente esse valor ao tamanho da família e multiplicando-o por 3 (uma vez que os dados relativos à década de cinquenta mostravam que as famílias pobres gastavam cerca de um terço do respectivo rendimento com a alimentação). As linhas de pobreza (variáveis con-

soante o tamanho das famílias) sofrem ajustamentos anuais de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor, por forma a reflectir os aumentos do custo de vida. Trata-se, então, de uma medida absoluta — e não relativa — da pobreza. A «pobreza», assim medida, aplica-se tanto a agregados constituídos por famílias (definindo-se família como um conjunto de pessoas ligadas pela consanguinidade, pelo casamento ou pela adopção e que partilham um mesmo agregado) como a pessoas sós a viver juntas mas sem qualquer tipo de parentesco⁵. Esse valor indica-nos se o rendimento do agregado antes dos impostos, e consideradas todas as fontes de rendimento (proventos de qualquer um dos membros do agregado oriundos de um emprego por conta de outrem ou de trabalho por conta própria, rendimento não directamente gerados pelo trabalho, como sejam dividendos, subsídios estatais, pensões de alimentação ou abonos para sustento dos filhos) ficou acima ou abaixo do nível de pobreza fixado para um determinado ano.

Quando se comparam os índices de pobreza das mulheres e dos homens, verifica-se que em todos os anos, desde 1950 até à actualidade, a percentagem de mulheres a viver em agregados pobres foi sempre superior à dos homens (McLanahan *et al.*, 1989; McLanahan e Kelly, no prelo). A que se deve que o índice de pobreza das mulheres seja superior ao dos homens? Para se poder compreender esta realidade é importante recordarmos que a avaliação do nível de pobreza de uma pessoa não se baseia unicamente no seu rendimento individual, mas no facto de saber se o rendimento total do agregado a que pertence remete esse agregado para um estatuto de pobreza. Nas famílias constituídas por marido e mulher, a situação de pobreza afecta, ou os dois cônjuges, ou nenhum deles. Assim, se todos os adultos fossem casados, não haveria, de acordo com esta forma de medir a pobreza, qualquer fosso decorrente da diferença sexual. Os outros tipos principais de agregado são aqueles em que um

⁵ Às pessoas que coabitam sem que entre elas haja qualquer tipo de relação familiar, quer sejam «companheiros de quarto» ou «casais», é atribuída uma determinada pontuação de pobreza como se cada uma delas vivesse efectivamente sozinha. Esta fórmula talvez faça sentido no caso de companheiros de quarto, ou de casa, que na maior parte das vezes não juntam os respectivos rendimentos num único «bolo». No entanto, é provável que a prática de juntar os rendimentos seja menos frequente entre os casais que simplesmente coabitam do que entre os casais efectivamente ligados pelo matrimónio, e maior em ambos os casos do que entre os companheiros de quarto. Daí que a pobreza dos indivíduos que coabitam esteja provavelmente sobreavaliada nas estatísticas oficiais dos Estados Unidos.

homem ou uma mulher vivem sozinhos ou com os filhos. Designaremos estes três tipos de agregados, respectivamente, por agregado de casal, agregado encabeçado por um homem e agregado encabeçado por uma mulher. O fosso atinente à diferença sexual verificado na condição de pobreza decorre do facto de serem mais os agregados pobres encabeçados por mulheres do que os agregados pobres encabeçados por homens ou os agregados de casal pobres.

Por que razão são os agregados encabeçados por mulheres mais pobres do que os agregados que integram homens (quer se trate de agregados encabeçados por homens ou de agregados de casal)? São duas as razões fundamentais. Em primeiro lugar, é um facto que as mulheres ganham menos do que os homens, pelo que os proventos das mulheres que encabeçam agregados são, de um modo geral, inferiores aos dos homens com idêntico estatuto. Quanto aos agregados de casal, não só contam muitas vezes com os proventos de um elemento masculino como configuram frequentemente situações em que são dois a ganhar, fazendo assim com que se acentue ainda mais o fosso de rendimento entre os agregados encabeçados por mulheres e os agregados de casal. Dado que, tirando o caso dos idosos, os proventos constituem a principal fonte de rendimento para a maioria dos agregados, o fosso existente entre os níveis das remunerações contribui para o fosso existente nos níveis de pobreza.

Um segundo factor que contribui para o fosso de pobreza decorrente da diferença sexual é a questão do sexo das pessoas que vivem com crianças. A presença de crianças faz com que tenha que ser mais elevado o rendimento necessário para que o agregado consiga escapar à condição de pobreza (uma vez que as linhas de pobreza são ajustadas ao tamanho das famílias), pelo que — mantendo-se o rendimento constante — os adultos que vivem com crianças têm maiores probabilidades de ser pobres. Comparando os homens e as mulheres que vivem sozinhos, é também maior entre estas a probabilidade de viverem com crianças, porquanto é às mulheres que costuma caber a custódia dos filhos nos casos de divórcio ou quando têm filhos fora do casamento. A menos que esta tendência para uma maior proporção de adultos do sexo feminino do que do sexo masculino a viver com crianças seja cabalmente compensada — nomeadamente através da transferência de rendimentos eventualmente oriundos dos pais ausentes, do Estado, ou de outras entidades — ela vai levar a que a pobreza das mulhe-

res relativamente à dos homens continue a aumentar. Como é evidente, tais transferências não constituem presentemente uma contrapartida cabal para as responsabilidades que as mulheres americanas detêm relativamente aos filhos. Apesar de nos Estados Unidos as mulheres terem direito a uma pensão para os filhos, obrigatoriamente paga pelos pais, a verdade é que a lei não é aplicada com eficácia. Em 1991 só 57% das mulheres divorciadas receberam dos pais dos filhos a pensão que lhes era devida, e nos casos em que tal aconteceu o montante anual recebido foi, em média, de apenas 3.623 dólares. Menor foi o número das mulheres separadas e das mães solteiras que receberam pensões para os filhos (34% e 20%, respectivamente), e menores ainda foram as quantias recebidas pelas poucas contempladas naquele ano⁶.

Será que o fosso decorrente da diferença sexual e que atravessa a pobreza vivida nos agregados é uma realidade exclusiva dos Estados Unidos? Uma análise recente de oito países industrializados e relativa à década de oitenta mostra que todos à excepção da Suécia apresentam um índice de pobreza mais elevado entre as mulheres do que entre os homens, mas são os Estados Unidos quem detêm o maior fosso de pobreza entre os dois sexos (Casper *et al.*, 1994)⁷. Por ordem decrescente do rácio existente entre a pobreza dos homens e das mulheres, os E.U.A., a Austrália, a Alemanha Ocidental, o Canadá e o Reino Unido apresentavam um fosso considerável entre os dois sexos. Na Itália e na Holanda o índice de pobreza das mulheres era de 1,02 vezes o dos homens, ou seja, situava-se praticamente ao mesmo nível. A Suécia era o único país em que o número de mulheres pobres era inferior ao número dos homens nessa situação; concretamente, o índice de pobreza das mulheres

⁶ Dados de Scoon-Rogers e Lester, 1995, citados em Spain e Bianchi, 1996.

⁷ Ao proceder-se a comparações no plano internacional torna-se difícil usar uma definição de pobreza em termos absolutos e não relativos (como acontece nas estatísticas oficiais americanas), uma vez que tal obriga a que acertemos as diferentes moedas pelo respectivo poder de compra em vez de o fazermos pelas taxas de câmbio oficiais, em regra mais prontamente disponíveis. A fim de evitar este problema, os cálculos apresentados por Casper *et al.* (1994) baseiam as suas comparações numa definição relativa da pobreza. Servindo-se de dados do Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo (Luxembourg Income Study — LIS), estes autores consideram que uma pessoa é pobre quando vive num agregado cujo rendimento disponível (depois dos impostos e das transferências de dinheiro providas de subsídios do Estado, e feitos os devidos ajustamentos consoante o tamanho da família) é inferior a 50% do rendimento mediano disponível da totalidade das famílias desse país.

cifrava-se, ali, em 90% do dos homens. Casper *et al.* (1994) atribuem a pequena dimensão do fosso de pobreza, no caso da Itália, à conjugação de uma elevada taxa de casamentos com uma reduzida taxa de divórcios, e no caso da Holanda à relativa generosidade dos subsídios da segurança social por parte do Estado, que são de molde a fazer com que a maioria dos agregados encabeçados por uma mãe solteira se elevem acima do nível de pobreza. Quanto à Suécia, e ainda segundo aquele estudo, a posição favorável que as mulheres ocupavam no respeitante à situação de pobreza devia-se à elevada ocorrência de emprego entre o sexo feminino, aliada a um fosso relativamente estreito entre homens e mulheres no capítulo dos salários e a uma robusta rede de segurança para as situações de carência. É ainda interessante realçar que, de um modo geral, os países com índices de pobreza mais elevados apresentam também uma maior disparidade na pobreza decorrente da diferença sexual. Os E.U.A. apresentam não só um elevado índice de pobreza, como também a maior disparidade associada à diferença sexual.

Acabámos de ver que nos E.U.A. e em muitos outros países os índices de pobreza das mulheres são superiores aos dos homens. Qual é, porém, a tendência dominante desta desigualdade nos E.U.A.? Entre 1950 e 1980 o rácio entre a pobreza das mulheres e a dos homens sofreu uma subida acentuada, tanto entre a população branca como entre a população negra. Concretamente, entre 1950 e 1980 esse rácio subiu de 1,1 para 1,48 no caso dos brancos e de 1,17 para 1,51 no caso dos negros (McLanahan *et al.*, 1989). Tal não ocorreu em virtude de a pobreza das mulheres ter subido, mas porque o número de homens nessa situação desceu muito mais rapidamente do que o das mulheres. Depois de 1980, no entanto, o rácio entre a pobreza das mulheres e dos homens conheceu um ligeiro decréscimo no caso da população branca, e um acréscimo ligeiro no caso da população negra. Contudo, não chegou a baixar até 1 ponto (equivalente a uma paridade entre os índices de pobreza dos homens e das mulheres) em relação a qualquer grupo etário ou rácico. Desde 1980 a pobreza tem vindo a aumentar tanto para os homens como para as mulheres, mas a um ritmo mais rápido no caso dos primeiros (McLanahan e Kelly, no prelo).

Comparando com os números acima analisados respeitantes ao emprego das mulheres e aos respectivos proventos, esta tendência da pobreza relativa apresenta-nos um

quadro muito diferente do progresso registado pelas mulheres relativamente aos homens. Poder-se-ia pensar que o grande aumento a que se assistiu ao nível do emprego e dos proventos das mulheres teria levado à redução da pobreza destas relativamente à dos homens durante todo este período. E isso poderia ter sido verdade, caso não se tivesse verificado uma força de efeito contrário. Qual foi, então, esse contrabalanço que fez com que entre 1950 e 1980 a pobreza das mulheres em relação à dos homens tivesse aumentado?

O factor de efeito contrário foi o aumento da proporção de mulheres a viver em situação de não coabitação com homens, e, entre estas, o crescente número de mulheres com filhos. Tal como foi dito anteriormente, dados todos os factores que contribuem para manter as famílias abaixo do limiar de pobreza — como sejam os proventos mais baixos auferidos pelas mulheres, os baixos níveis dos abonos para os filhos, os exíguos subsídios de segurança social do Estado —, os agregados encabeçados por mulheres e em que existem filhos são muito vulneráveis à pobreza, mesmo nos dias de hoje. Contudo, o facto de os rendimentos dos agregados encabeçados por mulheres serem mais baixos do que os dos agregados encabeçados por homens ou dos agregados de casal vem a afectar mais o rácio de pobreza entre homens e mulheres em termos globais, a partir do momento em que é maior a percentagem da totalidade das mulheres a viver em agregados encabeçados por mulheres. Foram várias as forças que levaram a que a percentagem do número de mulheres a viver nesse tipo de agregado fosse cada vez maior, numa evolução que levou a que uma percentagem cada vez maior de mulheres e de crianças «descolasse» dos proventos dos homens.

Uma das forças que mais contribuiu para que aumentasse o número de mulheres a viver de forma independente dos homens foi o aumento crescente da idade média de casamento a partir de 1960 (Spain e Bianchi, 1996: 27). A maior parte das pessoas ainda acaba por se casar, mais cedo ou mais tarde, mas o facto de o casamento ter lugar numa idade mais avançada significa que as mulheres passam mais anos da sua vida a viver independentes dos homens.

A taxa de divórcio é outro factor que afecta a percentagem de mulheres a viver em agregados sem homens. Esta taxa foi crescendo de forma regular e contínua entre 1860 e 1940, subiu em flecha durante a Segunda Guerra Mundial, desceu em seguida para o nível anterior à guerra e manteve-

se bastante estável durante os anos cinquenta (Cherlin, 1996). Durante os anos sessenta e setenta aumentou extraordinariamente, tendo vindo a baixar ligeiramente desde 1980. No entanto, se fizermos esbater as oscilações da curva, iremos verificar que há mais de um século que a taxa de divórcio tem vindo sobretudo a subir. Mesmo que não ocorram mais aumentos (o que não é certo que aconteça), a taxa de divórcios encontra-se actualmente num nível que deixa concluir que entre metade a dois terços de todos os novos casamentos acabarão em divórcio (Martin e Bumpass, 1989).

Uma terceira tendência que afecta a pobreza relativa das mulheres é a dos nascimentos fora do casamento. Apesar de em termos gerais a fertilidade ter decaído significativamente desde o auge da explosão da natalidade (o «baby boom»), ocorrido no ano de 1956 (e se bem que aquela tenha registado um ligeiro aumento a partir de 1980 — England e Farkas, 1986: 13; Spain e Bianchi, 1996), a percentagem de nascimentos com relação às mulheres não casadas tem vindo a subir sempre de forma contínua, passando de cerca de 5% de nascimentos em 1950 para mais de 30% em 1990 (Moore, 1995).

Todas estas tendências — o casamento tardio, o aumento do divórcio e a crescente percentagem de mulheres que dão à luz fora da relação matrimonial — significam que é cada vez maior o número de mulheres, e muito especialmente de mulheres com filhos, a viver independentes dos homens. As pequenas quantias em dinheiro que estes agregados recebem em subsídios e pensões, pagos pelo Estado e por homens situados fora dos agregados, não significa senão que muitos sobrevivem principalmente à custa dos proventos auferidos pelas mulheres. Embora o emprego e os proventos das mulheres tenham aumentado, tudo parece indicar que antes de 1980 tal aumento não foi suficientemente grande para compensar a crescente descolagem das mulheres (e dos filhos) relativamente aos proventos dos homens. Foi por isso que as taxas de pobreza das mulheres sofreram um aumento relativamente às dos homens. A partir de 1980, contudo, e não obstante a pobreza haver aumentado tanto para os homens como para as mulheres, os ganhos destas relativamente a eles no que diz respeito tanto ao emprego como aos proventos auferidos parecem ter sido suficientes para compensar os aumentos constantes da percentagem de mulheres a viver independentes dos homens. Foram precisa-

mente estes ganhos que voltaram a fazer descer o rácio entre a pobreza das mulheres e dos homens.

Distanciemo-nos agora um pouco dos pormenores acima analisados, para nos concentrarmos num modelo conceptual de relações causais entre os mais importantes factores aqui considerados. A Figura 1 apresenta a minha visão das conexões causais em presença. Trata-se, em princípio, de um modelo capaz de explicar a variação ocorrida ao longo do tempo no seio de uma determinada sociedade, ou a variação ocorrida entre determinadas sociedades (ou unidades de menor dimensão).

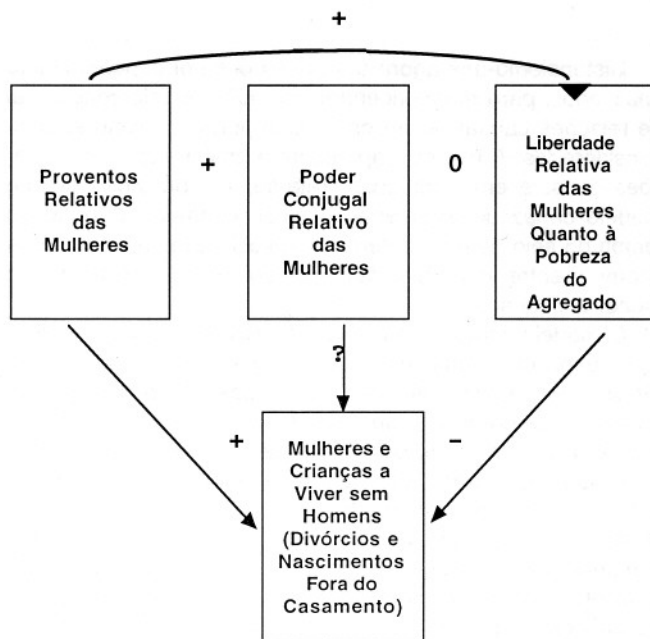
O modelo começa com os proventos relativos das mulheres. Tenho em mente um conceito que considero preferível medir pelos rendimentos anuais da pessoa, sendo que os proventos de quem não se encontra empregado se cifrariam em zero. Assim, a questão aqui não é apenas de índices salariais relativos, mas sim de qual o montante que a pessoa aufera, atendendo ao impacto que sobre esse montante têm os factores emprego *versus* desemprego, horas/semana e semanas/ano de emprego, e também o índice salarial. Os proventos seriam, assim, agregados numa medida de tendência central, podendo, então, calcular-se um certo rácio ou diferença entre os proventos dos homens e os das mulheres.

O modelo defende que os proventos relativos das mulheres afectam o poder destas relativamente aos homens no âmbito dos respectivos casamentos. Conforme afirmei na introdução, se os autores de análises das classes acham que o facto de se não possuir capital constitui uma desvantagem para os trabalhadores (relativamente aos capitalistas), uma vez que a dependência económica tem efeitos adversos sobre o rendimento e o poder de cada um, então só faz sentido considerar que a dependência económica no interior da família terá efeitos nocivos para as mulheres; e as provas disponíveis são de molde a sustentar esta afirmação⁸.

III. Discussão

⁸ Podemos chegar a esta mesma conclusão — quer dizer, à ideia de que a dependência económica reduz os proventos e o poder negocial de cada um — a partir da teoria do jogo ou da teoria das trocas. É esta a lógica comum utilizada na literatura relativa ao poder conjugal. Na sua base, contudo, ela é semelhante à lógica marxista segundo a qual o facto de se não possuir capital é desvantajoso para os trabalhadores. Os economistas neoclássicos consideram, porém, que a teoria do jogo só se aplica quando está em causa um pequeno número, e não numa situação de concorrência do mercado (ver England e Kilbourne, 1990).

FIGURA 1
Modelo de conexões causais de nível macro



A Figura 1 mostra também um efeito directo e positivo dos proventos relativos das mulheres sobre a liberdade relativa destas quanto à pobreza do agregado. Tal como ficou dito acima, se se mantiver a estrutura do agregado constante, isso constitui quase um factor definidor por excelência; os proventos auferidos pelas mulheres ajudarão a tirar da pobreza quaisquer agregados onde haja mulheres.

O modelo, no entanto, afirma igualmente que os proventos relativos das mulheres também fazem aumentar a percentagem de mulheres que não vivem com homens. A razão para que tal aconteça não é algo que resulte óbvio à primeira vista, uma vez que, se os proventos relativos das mulheres aumentam o respectivo poder conjugal, tal deveria permitir às mulheres negociarem com os maridos as modificações necessárias a ter lugar no casamento por forma a tornar a relação matrimonial mais satisfatória para elas. E seria de esperar que uma maior satisfação com o casamento por parte das mulheres fizesse diminuir o número de divórcios, se

bem que por outro lado este facto pudesse ser contrabalançado pela desagradado dos homens resultante de terem de abdicar dos privilégios patriarcais dentro do casamento. Mas a maioria dos comentadores que se têm debruçado sobre a relação histórica de longo prazo entre o emprego das mulheres e o divórcio (ou os baixos índices de casamentos) acreditam que há uma influência do primeiro factor sobre o segundo (Cherlin, 1981; England e Farkas, 1986, 61-64; Becker, 1991). Existe também alguma evidência transversal no sentido de comprovar a ideia de que, embora o rendimento global do agregado faça diminuir a probabilidade de divórcio, o aumento da contribuição relativa das mulheres para esse rendimento é algo que faz aumentar a incidência do divórcio (Greenstein, 1990; e a literatura revista por Cherlin, 1981)⁹. Porque acontece isto? A razão é que, quando as mulheres auferem proventos, tornam-se menos dependentes dos homens e passam a poder sair de casamentos infelizes. Ao que parece, e observando os resultados disponíveis ao longo deste século, este último efeito dos proventos das mulheres (ou seja, a possibilidade de fuga a casamentos infelizes) acabou por se sobrepor a esse outro factor que seria a estabilização do casamento (onde o acesso a proventos por parte das mulheres faria aumentar a posição negocial destas no casamento de maneira a tornar a relação matrimonial mais satisfatória).

Para uma compreensão cabal desta questão, considero útil recorrer a termos cunhados por Albert Hirschman (1970). Segundo este autor, as pessoas que se encontram numa situação que não é do seu agrado têm três respostas possíveis — a saída, a voz ou a lealdade. Antigamente a dependência económica em que as mulheres se encontravam relativamente aos homens poucas opções lhes deixava para além da «lealdade» ao casamento, mesmo quando eram profundamente infelizes e sentiam que o tratamento que elas e os filhos recebiam da parte dos maridos era injusto. A dependência económica das mulheres relativamente aos homens

⁹ O emprego das mulheres não foi o único factor a afectar o aumento de divórcios verificado ao longo deste século. Outro factor possível terá sido a tónica cada vez mais forte que a cultura colocou no individualismo (Cherlin, 1981, 1996; England e Farkas, 1986), por seu turno talvez causado, em parte, pela publicidade e pelo consumismo. Além disso, e como é óbvio, qualquer tendência acaba finalmente por se auto-reforçar ao produzir valores que são consistentes com a mesma. Quanto maior o aumento dos divórcios ou do número de filhos tidos fora do casamento, menos estigmatizadas serão estas situações, e isto por sua vez pode levar a novos aumentos.

permitia que estes reagissem à insatisfação por duas vias possíveis: ou saindo da relação, ou recorrendo à voz, isto é, a uma voz negocial graças à qual o maior poder de que dispunham lhes trazia normalmente algumas cedências. O baixo índice de divórcios desse período mais recuado é de molde a sugerir que os homens geralmente escolhiam a via da «voz». O aumento do emprego e dos proventos registado por parte das mulheres tanto pode ser usado como «voz» destinada a negociar uma melhoria da relação conjugal, como pode ser usado no sentido de uma «saída» para casamentos infelizes. As duas opções andam a par, resultando ambas de uma menor dependência económica relativamente ao parceiro.

A questão mais interessante é, então, a de saber o porquê de as mulheres usarem esta sua maior independência — fruto de necessitarem menos do rendimento dos homens — para abandonar a relação matrimonial ou manter-se dela afastada, em vez de procurarem transformar o casamento numa relação mais a seu gosto e que valha a pena prolongar. Creio que a razão pela qual a «saída» dominou sobre a «voz» é porque existem profundas resistências de ordem cultural e estrutural a que se verifiquem mudanças no papel atribuído ao sexo masculino, mas é exactamente isso que é preciso que mude para as mulheres passarem a achar os seus casamentos mais satisfatórios.

Assim, e por exemplo, numa altura em que cada vez mais as mulheres passam muitas horas ocupadas em empregos remunerados, seria de esperar que os homens participassem mais no trabalho doméstico, incluindo o trabalho de cuidar dos filhos. Para alcançar este objectivo as mulheres podem tentar recorrer ao poder conjugal de que dispõem, mas os dados existentes provam à evidência que o seu êxito neste aspecto tem sido escasso. Enquanto o emprego das mulheres aumentou extraordinariamente, a verdade é que o tempo gasto pelos homens no trabalho doméstico apenas aumentou de forma muito ligeira, tendo o resultado sido que as mães com emprego fora de casa fazem muitas vezes um «segundo turno» no lar depois de terem trabalhado todo o dia a troco do salário (Hochschild, 1989). Podemos ir buscar um outro exemplo lembrando que as mulheres gostariam de ver alterado o grau de compreensão e de empatia emocional que lhes são dispensadas pelos homens. Mas o facto é que a cultura continua a denegrir os rapazes e os homens considerados «delicados» ou mais parecidos com as mulheres. Por outro lado, não há dúvida que as mulheres prefeririam estar

casadas com homens mais «delicados». Estamos aqui perante uma grande assimetria; a cultura vai denegrir mais os homens considerados «femininos» do que as mulheres «masculinas», aceitando por isso mais depressa a mudança nos papéis das mulheres (que foram assumindo papéis tradicionalmente desempenhados pelos homens) do que nos papéis pelos homens. Do mesmo modo, as entidades patronais mostram-se hoje mais dispostas a incorporar trabalhadoras do que a redefinir empregos «masculinos» que foram criados no pressuposto de que os homens não desempenhavam qualquer trabalho doméstico e que para tal dispunham das respectivas mulheres. Assim, pode bem dar-se o caso de as mulheres recorrerem à opção pela saída devido à resistência que encontram quando tentam recorrer à voz por vias que decididamente implicam uma mudança nos papéis desempenhados pelos homens.

Poder-se-á objectar ao quadro que aqui apresento, com base no argumento de que ele apenas é plausível se a maioria dos divórcios for causada por decisão das mulheres, e não dos homens. Na verdade, a evidência disponível aponta exactamente neste sentido. Alguns inquéritos realizados nos E.U.A. e nos quais se perguntou às pessoas se tinha sido da mulher ou do homem o desejo de divórcio que conduziria à ruptura, ou se a iniciativa tinha partido de ambas as partes, levou a apurar que a maior parte dos divórcios foi desencadeada pelas mulheres (Wallerstein e Kelly, 1980; Spanier e Thompson, 1984; Kelly, 1986: 309; Kitson, 1992). Estudos realizados no Reino Unido chegaram à mesma conclusão (Hobcraft, 1997).

Mas um dos resultados de haver cada vez mais mulheres que não partilham as suas vidas com homens é a tendência para que entre estas se verifique, em comparação com os homens, um decréscimo na sua libertação da situação de pobreza, tal como mostra a figura. E dado que é baixo o poder de dar uma aplicação efectiva à obrigatoriedade de pagamento das pensões dos filhos, tal facto contribui também para que estes fiquem ainda mais desligados do rendimento dos homens. É paradoxal vir afirmar, por um lado, que os proventos auferidos pelas mulheres fazem aumentar os divórcios e os nascimentos ocorridos fora do casamento — em virtude de a situação de emprego permitir a um maior número de mulheres subsistir sem homens e sem que isso signifique viver na miséria — e por outro lado acrescentar que daí resulta um aumento comparativo da pobreza das mulheres

relativamente aos homens. Não obstante, creio que foi isto mesmo que se passou. Apesar de as famílias encabeçadas por mulheres e que integram crianças terem sempre vivido com dificuldades, hoje o número de mulheres a conseguir sustentar as respectivas famílias de uma forma mais satisfatória é superior ao que acontecia antes, mesmo se algumas continuam a quedar-se — ainda que temporariamente — abaixo da linha de pobreza.

Eis, então, um paradoxo moderno: as mulheres conseguiram o acesso ao dinheiro por via de um aumento do emprego, e isso por sua vez fez aumentar o seu poder conjugal, contudo é limitada a capacidade de usarem este poder no sentido de fazer com que os homens partilhem das responsabilidades tradicionalmente femininas. Muitas servem-se, então, da sua independência económica para formar agregados à parte, muitas vezes com os filhos. Ao fazê-lo, não será realista pensar que poderão continuar a ter acesso ao quinhão do dinheiro dos homens que em princípio lhes caberia por direito, não obstante continuarem a contribuir com a maior parte do trabalho de criar os filhos desses mesmos homens. A desigualdade sexual decorrente do facto de se atribuir a criação dos filhos exclusivamente às mulheres persiste e é até reforçada quando as mulheres e as crianças vivem separadas dos homens. Fazendo um balanço, torna-se muito difícil saber o que as mulheres perderam e o que ganharam, já que isso varia de caso para caso. No entanto, desconfio que se houvesse um abrandamento da resistência dos homens quanto a assumir algumas das responsabilidades familiares tradicionalmente consideradas mais femininas, veríamos aumentar a probabilidade de o poder conferido às mulheres pelo emprego e pelos proventos auferidos se traduzir em «voz» dentro dos respectivos casamentos, diminuindo consequentemente a probabilidade de esse poder vir a resultar em divórcio e no abandono da relação matrimonial. Na maior parte dos casos, isso seria melhor para os filhos do que um regresso ao modelo de casamento tradicional e patriarcal ou do que uma intensificação das tendências actuais. ■

Referências Bibliográficas

- Acker, Joan 1990 «Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations», *Gender and Society* 4, 139-158.
- Becker, Gary S. 1991 *A Treatise on the Family*. Cambridge: Harvard University Press.
- Blumberg, Rae Lesser (org.) 1991 *Gender, Family, and Economy: The Triple Overlap*. Newbury Park, California: Sage Publications.
- Bourguignon, François; Chiappori, Pierre-André 1992 «Collective Models of Household Behavior», *European Economic Review* 36, 355-364.
- Brines, Julie 1994 «Economic Dependency, Gender, and the Division of Labor at Home», *American Journal of Sociology* 100, 652-688.
- Browning, Martin; Bourguignon, François; Chiappori, Pierre-André 1994 «Income and Outcomes: A Structural Model of Intrahousehold Allocation», *Journal of Political Economy* 102:6, 1067-1096.
- Casper, Lynne M.; McLanahan, Sara S.; Garfinkel, Irwin 1994 «The Gender-Poverty Gap: What We Can Learn from Other Countries», *American Sociological Review* 59, 594-605.
- Cherlin, Andrew J. 1981 *Marriage, Divorce, Remarriage*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cherlin, Andrew J. 1996 *Public and Private Families*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- England, Paula 1992 *Comparable Worth: Theories and Evidence*. Hawthorne, Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- England, Paula; Farkas, George 1986 *Households, Employment, and Gender: A Social, Economic and Demographic View*. Hawthorne, Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- England, Paula; Kilbourne, Barbara Stanek 1990 «Markets, Marriages, and Other Mates: The Problem of Power», in Roger Friedland e A. F. Robertson (org.), *Beyond the Marketplace: Rethinking Economy and Society*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- Goldthorpe, John 1983 «Women and Class Analysis», *Sociology* 17, 465-488.
- Greenstein, Theodore N. 1990 «Marital Disruption and the Employment of Married Women», *Journal of Marriage and the Family* 52, 657-676.
- Gross, E. 1968 «Plus Ça Change...? The Sexual Structure of Occupations Over Time», *Social Problems* 16, 249-264.
- Hirschman, Albert O. 1970 *Exit, Voice, and Loyalty*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hobcraft, John 1997 «The Consequences of Female Empowerment for Child Well-Being», comunicação apresentada à IUSSP Conference, Lund, Suécia, Abril.
- Hochschild, Arlie Russell 1989 *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home*. Nova Iorque: Viking.
- Institute for Women's Policy Research, Theodore N. 1997 «The Wage Gap: Women's and Men's Earnings». (Briefing Paper) Washington, D.C.: IWPR.
- Jacobs, Jerry 1989 «Long-Term Trends in Occupational Segregation by Sex», *American Journal of Sociology* 95:1, 160-173.

- Kalleberg, Arne L. 1995 «Part-Time Work and Workers in the United States: Correlates and Policy Issues», *Washington and Lee Law Review* 52:3, 771-798.
- Kelly, Joan Berlin 1986 «Divorce: The Adult Perspective», in Arlene S. Skolnik e Jerome H. Skolnik (orgs), *Family in Transition*, 5 ed.. Boston: Little, Brown & Co., 304-337.
- Kitson, Gay C.; 1992 *Portrait of Divorce: Adjustment to Marital Breakdown*. Nova lorque: Guilford Press.
- Holmes, William M. 1989 «Recent Trends in Marital Disruption», *Demography* 26:1, 37-51.
- Martin, Teresa Castro; 1989 «Sex Differences in Poverty, 1950-1980», *Signs* 15:11, 102-122.
- Bumpass, Larry L. 1989 «The Feminization» of Poverty: Past and Future», in Janet Chafez (org.), *Handbook of Gender Sociology*. Nova lorque: Plenum.
- McLanahan, Sara S.; 1995 *Report to Congress on Out-of-Wedlock Childbearing*. Hyattsville, Maryland: National Center for Health Statistics.
- Sorensen, Annemette; 1997 «Women Loosing Ground to Men in Widening Income Difference». Segunda-feira, 15 de Setembro.
- Watson, Dorothy 1995 «Separate and Unequal: Occupation-Establishment Sex Segregation and the Gender Wage Gap», *American Journal of Sociology* 101:2, 329-365.
- McLanahan, Sara S.; no prelo «The Women and Class Debate», in David Morgan e Liz Stanley (org.s), *Debates in Sociology*. Manchester: Manchester University Press.
- Kelly, Erin 1995 «Child Support for Custodial Mothers and Fathers: 1991», *Current Population Reports Series P-60*. Washington, D.C.: Bureau of the Census, U.S. Government Printing Office.
- Moore, Kristin A. 1984 *Women's Wages and Work in the Twentieth Century*. R-3119-NICHD. Santa Monica: Rand.
- New York Times* 1996 *Balancing Act: Motherhood, Marriage, and Employment Among American Women*. Nova lorque: Russell Sage Foundation.
- Peterson, Trond; 1984 *Parting: the Aftermath of Separation and Divorce*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Morgan, Laurie A. 1991 *Statistical Handbook on Women in America*. Phoenix, Arizona: Oryx Press.
- Roberts, Helen 1990 «Intra-Household Resource Allocation», *The Journal of Human Resources* 25:4, 635-664.
- Scoon-Rogers, Lydia; 1980 *Surviving the Breakup: How Children and Parents Cope With Divorce*. Nova lorque: Basic Books.
- Lester, Gordon H. 1993 «Changes in the Male/Female Wage Gap, 1976-1985», *Journal of Human Resources* 28, 383-411.
- Smith, James P.; 1994 «The Male/Female Wage Gap Among Whites: 1976 and 1985», *American Sociological Review* 59:6, 839-848.
- Ward, Michael P. 1997 *Class Counts*. Nova lorque: Verso.
- Spain, Daphne; 1997
- Bianchi, Suzanne M. 1997
- Spanier, Graham; 1997
- Thompson, Linda 1997
- Taeuber, Cynthia 1997
- Thomas, Duncan 1997
- Wallerstein, Judith S.; 1997
- Kelly, Joan Berlin 1997
- Wellington, Alison J. 1997
- Wellington, Alison J. 1997
- Wright, Erik 1997